

ARTIGO

ENTRE RESISTÊNCIA E RESIGNAÇÃO – AS ATIVIDADES POLÍTICAS DO EXÍLIO DE LÍNGUA ALEMÃ NO BRASIL, 1933-1945

BETWEEN RESISTANCE AND RESIGNATION – THE POLITICAL ACTIVITIES OF THE GERMAN LANGUAGE'S EXILE IN BRAZIL, 1933-1945

MARLEN ECKL*

RESUMO

A proibição de atividades políticas por parte de estrangeiros, promulgada em 1938, tornou quase impossível para os refugiados do nazismo engajarem-se politicamente. Não obstante, formaram-se grupos políticos sob a direção de artistas e intelectuais em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo círculos informais que permaneceram sem reconhecimento por parte do governo brasileiro. Justamente por essa razão, dependiam do apoio dos companheiros de luta do exterior como p.e. o grupo *Das Andere Deutschland - La Otra Alemania*, atuando em Buenos Aires, ao qual alguns dos grupamentos se associaram em termos de organização. Embora relativamente sem influência, os grupos políticos do exílio de língua alemã no Brasil eram um sinal importante que ajudou a manter e fortalecer a fé e a luta para uma Alemanha livre, uma Alemanha antifascista apesar das circunstâncias adversas.

PALAVRAS-CHAVE: refugiados do nazismo (1933-1945), exílio, antifascismo, governo Vargas.

ABSTRACT

The prohibition of political activities by foreigners, imposed in 1938, made it nearly impossible for refugees from Nazism to become politically involved. Nevertheless, under the direction of artists and intellectuals, political groups were formed in Porto Alegre, São Paulo and Rio de Janeiro. These informal circles, however, were not recognized by the Brazilian government. For this very reason, they depended on the support of the fellows abroad as e. g. the group *Das Andere Deutschland - La Otra Alemania* from Buenos Aires, which some of the circles joined in organizational terms. Although of relatively little influence, the political groups of German-speaking exile in Brazil were an important signal that

helped to maintain and strengthen the faith and fight for a free Germany, a antifascist Germany despite the adverse circumstances.

KEYWORDS: refugees from Nazism (1933-1945), exile, antifascism, Vargas regime.

No dia 12 de maio, tolerado pelas autoridades, o *Movimento dos Alemães Livres* formou-se de um grupo do Das Andere Deutschland, A Outra Alemanha, que existira desde 1937, mas conforme as leis brasileiras só como um círculo de leitura sob condições complicadas. Desde então cresceu tanto ao número dos membros quanto à importância no sentido de ser uma verdadeira frente unitária. Com satisfação podemos dizer que no sul, contaminado por nazistas só em Porto Alegre já temos reunidos 72 oponentes alemães dos nazistas. [...] Nossa situação é nada fácil [...] nosso vice-reitor é o cônsul-geral americano.¹

Foi com essas palavras que, em setembro de 1942, o diretor de teatro austríaco Karl Lustig-Prean (1892-1965), originalmente, Karl Lustig-Prean von Preanfeld und Fella, que viera ao Brasil em busca de refúgio das perseguições nazistas, em 1937, informou o escritor e amigo Thomas Mann (1875-1955), então exilado nos Estados Unidos da América, sobre as atividades políticas do exílio de língua alemã no Brasil. Embora já identificasse os problemas resultantes da política do governo de Getúlio Vargas, manifestou-se otimista quanto ao sucesso do *Movimento dos Alemães Livres do Brasil*, fundado e dirigido por ele. Sua conclusão na autobiografia, escrita após a sua volta para Europa, em 1948, era menos positiva: “Nos [i.e. os exilados politicamente engajados, M.E.] formamos um círculo de México a Montevideo, de Franceses Livres a Alemães Livres, Húngaros etc. Não conseguimos liberar os brasileiros”.²

Lustig-Prean não era o único exilado-ativista que passou pelo processo de confiança inicial nas atividades políticas à constatação desiludida de ter fracassado. Essa experiência teve sua origem na situação política interna no Brasil

onde, a partir de 1930 – portanto, bem antes da chegada da maior parte dos

emigrantes de língua alemã –, instaurou-se um estado autoritário, sob a tutela do presidente Getúlio Vargas. O Estado Novo por ele concebido, com sua estrutura corporativista e inspirada no fascismo italiano, era incompatível com uma constelação pluralista e democrática de partidos políticos, e lembrava a alguns emigrantes, sob muitos aspectos, as circunstâncias políticas das quais eles acabavam de fugir.³

Por conseguinte, não é de admirar que o jornalista política Frank Arnau (1884-1976) que se exilou no Brasil, em 1939, constatou laconicamente na descrição posterior dos passageiros alemães ao bordo do seu navio: “Eles vieram de uma ditadura e foram para uma ditadura”.⁴

O governo Vargas, desde o início, visava a modernização e progresso do País nos setores mais diversificados. Enquanto promoveu a industrialização no plano de economia para tornar o Brasil internacionalmente mais competitivo, criou, na área da política, as condições gerais institucionais que permitiram “aumentar o poder interventor do Estado e expandir a capacidade de incorporação do sistema político”.⁵ As medidas governamentais eram submetidas e determinadas a “(f)ormar um ‘novo homem’ para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro”.⁶ As repercussões desse projeto étnico-político da realização de um Brasil grande e forte faziam-se sentir tanto nas políticas internas quanto externas. No palco internacional, o Brasil procurava sustentar a imagem de um país democrata, liberal e hospitaleiro. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro manteve nos bastidores uma política imigratória seletiva.⁷

Em busca do imigrante ideal, os dirigentes políticos responsáveis traçaram um sistema de regras para evitar a entrada maciça de imigrantes que poderiam provocar conflitos políticos e sociais e, assim, prejudicar o projeto nacional. A política imigratória restritiva e de cunho antisemita

do Estado Novo adequava-se a profissionais qualificados, agricultores e pessoas provenientes de países ocidentais e que não tivessem origem judaica. Isso deveria garantir o progresso e a modernização do País e, por razões políticas e ideológicas, manter à distância pessoas indesejadas. No entender do governo brasileiro, os judeus, não só eram considerados semitas, portanto não europeus. Ademais eram suspeitos em potencial de práticas comunistas face à sobrevivência de mito do complô judaico-comunista internacional. “Os judeus se constituíam em elementos subversivos ou de desagregação social, inassimiláveis, destituídos de quaisquer escrúpulos e que serviam aos desígnios da propaganda comunista”, comentou o secretário do Ministério das Relações Exteriores Hildebrando Accioly num ofício secreto para Oswaldo Aranha, o então ministro das Relações Exteriores, em 1938, traduzindo a opinião defendida pelos círculos da classe dirigente naquela época.⁸ Para acobertar os regulamentos restritivos referindo à imigração judaica, o Itamaraty os divulgou por circulares secretas.

Ao rotular a circular como secreta e revelar seu conteúdo apenas pessoas selecionadas, o governo Vargas sugeria que o Brasil estava empenhado em uma luta contra um perigoso inimigo invisível e sem nome, presumivelmente uma insidiosa conspiração judaica capitalista-comunista que a caminho para sabotar o país. Ao sugerir que forças poderosas que predominavam no hemisfério sul, mas que ainda eram fracas no Brasil, estavam à porta, o governo apelava ao nacionalismo.⁹

Convém lembrar que as restrições decretadas pelas circulares secretas entraram em vigor exatamente no momento em que Europa deixou de ser um refúgio seguro e a fuga de áreas ocupadas pelos nazistas atingiu o seu auge. Ao manter as portas fechada para judeus e comunistas e impedir a sua entrada, o governo brasileiro negou a proteger justamente os refugiados do nazismo que, por grande parte,

eram constituídos de judeus e refugiados políticos, injustiçados, ameaçados e perseguidos em seus países de origem.

Nesse contexto, vale ressaltar a iniciativa de ajuda aos religiosos católicos e aos judeus convertidos tomada pelo clero alemão que acreditava no prestígio do Vaticano e em sua capacidade diplomática para concretizar soluções propícias. De fato, por intervenção do papa Pio XII, em 1939, o governo Vargas concedeu 3.000 vistos aos chamados “católicos não arianos”. Devido à postura antisemita de alguns diplomatas brasileiros, porém, somente menos de um terço desses vistos acabou sendo concedido.¹⁰ Ainda que não pudesse sido realizado plenamente, essa ação fez com que “círculos católicos e burgueses-conservativos desempenharam um papel mais importante no exílio no Brasil do que nos outros países sul-americanos”.¹¹

Apesar da política imigratória restrigente, especialmente para com judeus, que contribuiu para que o Brasil ficasse bem aquém de sua capacidade de acolhida considerando suas dimensões, entre 16.000 e 19.000 pessoas de língua alemã acharam refúgio das perseguições nazistas por razões raciais ou políticas nos anos 30 e 40 e o país se tornou, depois da Argentina, o segundo país de exílio em importância na América Latina para os refugiados do nazismo.¹² Aqueles refugiados que conseguiram obter um visto para o Brasil viram os efeitos do processo de formação da nação por qual o Brasil estava passando nesses anos dificultar a sua tentativa de construir uma nova existência no país de acolhimento. O alvo do governo Vargas “era unir os brasileiros politicamente, culturalmente e linguisticamente, centralizar a sua base de poder, reforçar as fronteiras nacionais e promover a produção e o consumo de gêneros brasileiros”.¹³

Fazendo parte das leis e medidas decretadas para criar uma nova base de convivência social e uma nova estrutura econômica no país, a

chamada Campanha de Nacionalização tinha por objetivo a incorporação dos imigrantes e seus descendentes à sociedade brasileira através de uma assimilação forçada. A primeira batalha a ser vencida era a erradicação do uso cotidiano dos idiomas estrangeiros. A língua portuguesa como instrumento de adaptação à sociedade nacional, devia chegar ao lar, à igreja, aos espaços de lazer, aos locais de trabalho.¹⁴ Além disso, a economia brasileira foi nacionalizada por decretos-leis como a lei dos 2/3 segundo a qual as empresas teriam que ter um proporção de 2/3 de empregados nacionais no quadro do seu pessoal. O exercício de certas profissões era reservado a brasileiros natos.

Também a atuação política de estrangeiros ou partidos estrangeiros viu-se confrontada com limites muito estreitos. Tornou-se alvo de vigilância e cada vez mais difícil, especialmente após a intentona fracassada do Partido Integralista, em 1938. Na sequência disso, medidas restritivas foram implementadas,

visando proibir ‘movimentos subversivos internacionais’. O Decreto-Lei nº 383, de 1938, proibia aos ‘estrangeiros’ atividades de natureza política e organizar sociedades, fundações, companhias, clubes, de caráter político de partidos ‘do país de origem’, considerados estrangeiros. O decreto determinava que era permitido aos ‘estrangeiros associarem-se para fins culturais, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes e quaisquer outros estabelecimentos com o mesmo objetivo [...]’. Reuniões requeriam prévia autorização policial.¹⁵

Dessa forma, as agremiações políticas estrangeiras como o Partido Nazista foram proibidos. Em 1939, a intervenção por parte das autoridades alcançou os meios de comunicação. Programas de rádio foram censurados e os órgãos da imprensa de língua estrangeira sofreram restrições até serem proibidos definitivamente.

A situação dos refugiados de língua alemã ainda tornou-se mais complicada quando após a entrada do Brasil na Segunda Guerra

Mundial, em 1942, o que o fez o único país sul-americano a participar ativamente do conflito, com força expedicionária própria, uma série de medidas foi promulgada contra os “súditos do Eixo”. “A guerra transformou alienígenas em inimigos potenciais para os nacionalizadores [...] esse processo não podia ser gradual porque estava em jogo [...] a formação da nação como a segurança nacional”.¹⁶ Os alemães que, por um lado, tinham a admiração do governo brasileiro por serem sinônimo de raça pura e, desse modo, indispensáveis para o objetivo do branqueamento da população. Não obstante, por outro lado, simbolizaram uma ameaça a construção da brasilidade. “(O) alemão foi percebido como ‘estrangeiros’ somente após 1938 quando lhe foi delegada a posição de ‘inimigo interno’. Após 1942, sua imagem foi redefinida alimentando sentimentos de desconfiança, ódio e aversão”.¹⁷

Entre outras coisas, restringiu-se a liberdade de locomoção. Para se deslocar de uma cidade à outra os refugiados agora foram obrigados a obter uma permissão, o chamado Salvo-Conduto Especial para estrangeiros, documento expedido pela Delegacia de Ordem Política e Social da Repartição Central da Polícia. Esse documento era intransferível. Além disso, ordenou-se o confisco ou, pelo menos, o registro junto às autoridades, de aparelhos que pudessem servir para “espionagem”, como rádios e máquinas fotográficas. A proibição do uso da língua alemã em público foi a medida que mais complicou a vida dos refugiados, especialmente dos velhos que não sabiam falar e nunca aprenderam falar o português fluentemente. Muitos foram detidos por terem falado alemão em público, mas felizmente foram libertados após poucas horas. Alguns dos refugiados foram exortados a apresentar-se a delegacia cada semana. Outros foram aprisionados e levados a um dos campos de internação, construídos para os “súditos de eixo” em todo o Brasil. Lá, tiveram que conviver com os velhos inimigos, os

simpatizantes do nazismo. “Sabia-se que os alemães presos no Brasil estavam envolvidos em atividades políticas como espionagem, sabotagem, propaganda nazista, filiação ao Partido Nazista NSDAP ou, meramente, por se tratarem de ‘elementos suspeitos’ ou ‘indesejáveis’”.¹⁸

Os refugiados sofreram ainda buscas domiciliais em consequência de denúncias.

Grande parte da população ter permanecido atenta e convicta da existência de inimigos significou para os serviços policiais que, mais uma vez, os objetivos repressivos estavam sendo alcançados. Sob uma estratégia de poder embasada no pressuposto de que formas discordantes de pensamento ou ação queriam dizer sentimentos antipatrióticos e indignos, e que o terror e o medo eram indispensáveis para manter a salvo os lares e as famílias, a população agia mais uma vez como delatora.¹⁹

Para os refugiados cuja situação financeira por causa do recomeço de uma nova vida, na maioria, era precária, a lei sobre indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro, contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros, residentes no Brasil, de março de 1942, foi um grande encargo. Segundo ela, foram obrigados a pagar de 10% até 30% das suas fazendas bancárias. Muitos refugiados tinham medo de perder as suas poucas poupanças.

A despeito de todas circunstâncias adversas, os refugiados tentaram o melhor possível organizar-se em pequenos círculos e manifestar suas opiniões políticas. Sentiram ser sua obrigação dar ao povo brasileiro e ao mundo uma ideia de uma outra Alemanha, uma Alemanha livre ainda que isso, ao longo do tempo, quase fosse impossível em face das leis em vigor e os ativistas tivessem que achar soluções criativas para não infringir a legislação brasileira.

As atividades políticas do exílio de língua alemã no Brasil começaram já em 1933. Todavia, primeiramente a mobilização política

devia-se, sobretudo, a alemães que já moraram no país há mais tempo, bem como a brasileiros de ascendência alemã. A atuação limitou-se à publicação de revistas antifascistas de curta duração como a *Tribüne*, lançada em 1933 em São Paulo, e a *Gegenwart*, editada pelo refugiado e jornalista Fritz Heller (1904-1991) entre 1934 e 1936 em São Paulo.²⁰

Desde 1933, o anarquista alemão Friedrich Kniestedt (1873-1947), que emigrara para o Brasil já em 1915²¹, atuou como anti-nazista combatente. A fim de tornar sua luta contra a influência crescente do NSDAP no Sul do Brasil mais eficaz, fundou a Liga dos Direitos Humanos/Seção Porto Alegre e editava um jornal chamado *Aktion* (Ação). O fato de manter boas relações com as autoridades responsáveis, como o chefe da Polícia do Estado de Rio Grande do Sul, Aurelio da Silva Py, e seu assistente Teobaldo Neumann que aceitaram a enfrentar a luta contra o nazismo, foi uma ajuda de valor inestimável. Como cidadão brasileiro, Kniestedt era mais livre em sua atuação do que os refugiados. -se como ativista político foi menos perigoso para ele. Conhecido como militante, desde o início, os nazistas colocaram-no nas listas de expatriação. Até na Alemanha podia-se ler sobre as atividades do anarquista Kniestedt em Porto Alegre. “Na véspera da publicação do *Aktion* sempre reinava pânico no consulado alemão em Porte Alegre”, comentou o refugiado e diretor de teatro Willy Keller (1900-1979), originalmente Karl Wilhem Keller, que trabalhou como redator do jornal quando morava em Porto Alegre após sua chegada ao Brasil, em 1935.²²

Ao longo do tempo formaram-se grupos de refugiados do nazismo de língua alemã no Brasil de qualquer corrente política – comunistas, social-democratas, conservadoras, até dissidentes do NSDAP que sentiram-se como fossem os verdadeiros nazistas. Houve grupos de Alemães Livres e grupamentos de Austríacos Livres. A maior parte dos grupos políticos pode ser considerada de esquerda como

social-democratas e comunistas constituindo o núcleo principal de muitos dos grupos de exilados. Se isso fosse a constelação que marcou o exílio de língua alemã em toda a América Latina, havia, no entanto, no Brasil particularidades devido às circunstâncias políticas que não se encontravam em outros países, ou neles se encontravam apenas de forma incipiente: uma emigração liberal-burguesa, conservadora, cristã, já mencionada acima.²³

Nesse contexto importante salientar mais uma característica do exílio de língua alemã no Brasil. Refugiados políticos tanto do lado esquerdo quanto os do direito que, na República Weimar, haviam tido cargos políticos altos e influentes, preferiram manter distância às atuações e organizações políticas do exílio no Brasil. Muitos retiraram-se porque temiam entrar em conflito com as autoridades locais. Alguns retrocederam-se até no interior do país como p. e. o deputado da *Deutsche Demokratische Partei* (Partido Democrata Alemão) do *Reichstag* (Dieta Imperial) e antigo vice-chanceler, ex-Ministro da Justiça e ex-ministro das Relações Interiores do Reich Erich Koch-Weser (1875-1944) ou o deputado mais jovem da *Zentrumspartei* (Partido Católico de Centro) do *Reichstag*, Johannes Schauuff (1902-1990) que vieram viver em Rolândia.

Outro exemplo é o caso do bancário Hugo Simon (1880-1950). Em 1918/1919 foi Ministro das Finanças do gabinete prussiano para a *Unabhängige Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (Partido Social-Democrata Alemão Independente), a ala separada mais à esquerda do que o Partido Social-Democrata. No Brasil, porém, também por ter sido ameaçado de expulsão, retirou-se a Barbacena/MG e Penedo/RJ. Lá, dedicou-se à criação de bichos de seda e escreveu um romance autobiográfico. O seu amigo Ernst Feder (1881-1964) era redator-chefe da seção de política interna do influente jornal *Berliner Tageblatt* e nessa

função tornou-se numa das vozes políticas mais importantes de reputação internacional da República de Weimar. Temporariamente foi presidente do distrito centro de Berlim do Partido Democrata Alemão. Após a fuga para o Brasil, em 1941, trabalhou como jornalista cultural. Levou até 1943 que Feder ousou manifestar-se publicamente como jornalista política e mais dois anos até que participou abertamente nas organizações políticas dos refugiados.

Quem foram então os exilados que se dedicaram ao engajamento político? É digna de notar que entre os ativistas houve muitos artistas e intelectuais. Foram escritores, artistas plásticas e encenadores e diretores de teatro, atores, jornalistas e autores que, já na Europa, estavam politicamente interessados e às vezes foram perseguidos pelos nazistas por causa das suas convicções antifascistas. Dois dos ativistas políticos mais importantes do exílio de língua alemã foram os encenadores e diretores de teatro Willy Keller e Karl Lustig-Prean cujas atividades serão expostas em seguida.

Bem como em outros países de exílio, os refugiados no Brasil não conseguiram unir-se para falar com uma voz só.

Geralmente, o panorama das atividades políticas ligadas aos diferentes exílios apresenta imagens de disputas, de lutas entre facções, de dissidências e de difamações mútuas, tanto de caráter pessoal quanto de caráter político – e isso em situações da mais profunda impotência ante a suposta superioridade do adversário comum dos exilados.²⁴

Houve pessoas com uma filiação a vários grupos. Embora isso ocorresse igualmente em outros países e pudesse ser considerado característico para o exílio de língua alemã na América Latina, o número desses casos foi maior no Brasil.²⁵ A partir de fins de 1941 as atividades políticas

não mais visavam aos alemães e seus descendentes no Brasil, na tentativa de lhes mostrar a chamada verdadeira cara do nacional-socialismo. O alvo principal era agora o governo brasileiro, que desde janeiro de 1942 estava oficialmente do lado dos Aliados, o público brasileiro e o conjunto dos exilados.²⁶

Nesse momento, quando o Brasil passou a apoiar os aliados, os grupos começaram a lutar por reconhecimento por parte do governo brasileiro, em geral inutilmente. Enfim apenas o Comitê de Proteção dos Interesses Austríacos foi reconhecido pelo governo brasileiro e seus membros liberados das restrições impostas aos “súditos do Eixo”.

Os refugiados alemães tiveram que constatar que o governo brasileiro muitas vezes não distinguiu ou queria distinguir entre alemães anti-nazistas e alemães vivendo no Brasil, brasileiros de descendência alemã simpatizantes do nazismo. Tendo em vista as medidas promulgadas contra os “súditos do Eixo”, os grupos já existente não cansavam-se de manifestar sua lealdade com o governo brasileiro como o *Movimento dos Alemães Livres* de São Paulo que, em maio de 1942, divulgou um manifesto nas grandes jornais da cidade. Os trechos seguintes dele serviram ao grupo como cabeçalho de carta: “Os alemães livres do Brasil cooperarão, seja para a defesa do Brasil, seja na luta contra os nazistas. – Agora, mais do que nunca, estamos ao lado dos amigos brasileiros contra as forças do mal”.²⁷

Alguns dos grupamentos como *Movimento dos Anti-Nazis Alemães* de Porto Alegre só foram fundados para abonar a convicção democrática e lealdade perante o Brasil dos seus membros. Segundo o co-fundador, o refugiado vienense Johannes Grimeisen (1885-1969), o *Movimento dos Anti-Nazis Alemães* era

uma organização, formada sob recomendação da direção da polícia depois que Friedrich Kniestedt e eu, isto é Johann Grimeisen, haviam sugerido o mesmo a ela. Pois após a entrada do Brasil na guerra, as perseguições dos

alemães e austríacos tornaram-se insuportáveis. [...] Depois de uma consulta longa com Dr. Theobald Neumann, Kniestedt e eu fizemos uma lista de compatriotas por cuja integridade política estávamos dispostos a nos responsabilizar. [...] Os que foram alistados tinham a garantia de não ser chicaneados e também poderiam usar o transporte público o que lhes era proibido antes. [...] essa ação não foi nada fácil, já que recusamos em aceitar nazistas. Além disso foi difícil achar uma forma jurídica para nossa organização, nosso Movimento. Pois nesses anos a fundação de organizações era proibido aos estrangeiros.²⁸

Para poder trabalhar e atuar mais livre, alguns grupos ou membros de grupos prontificaram-se a colaborar com a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Entretanto, o que era o mais importante para não perder a esperança e fé na eficácia do trabalho político apesar de todos os empecilhos e desafios exigentes no Brasil era o contato e a troca de informações e ideias com outros grupos no país e no exterior. No entanto, ao contrário dos outros países latino-americanos onde a grande maioria dos refugiados se concentrou nas respectivas capitais, os exilados no Brasil eram espalhados pelos três centros urbanos de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, fora das colônias agrícolas no estado de Paraná. Portanto, não existia um centro de exílio de língua alemã no Brasil assim como nos países hispano-americanos entre outros em Buenos Aires, Santiago de Chile ou na cidade de México. Além das distâncias geográficas, as já citadas restrições da liberdade de locomoção prejudicaram as atividades políticas dos refugiados no Brasil.

Abordar todos os aspectos do engajamento político dos refugiados de língua alemã no Brasil ultrapassaria o objetivo deste artigo. A recorrência àqueles grupos que mantinham ligações estreitas com o movimento *Das andere Deutschland – La Otra Alemania* (DAD) em Buenos Aires permite transmitir uma impressão da relevância da atuação política do exílio de língua alemã no Brasil e ilustrar seu trabalho de maneira

diversificada. Em face da influência da política restritiva do governo Vargas, os círculos políticos dos refugiados no Brasil dependiam do apoio do exterior, como o do DAD na Argentina, para receber e chamar atenção ao trabalho e à causa deles.

Fundado em Buenos Aires, em 1937, o movimento DAD era formado principalmente por socialistas de esquerda. Atuando bem sucedidamente com contatos internacionais, editava uma revista do mesmo nome em que os grupamentos brasileiros podiam publicar suas notícias. Graças à ampla divulgação da sua revista, o DAD, logo, tornou-se um dos grupos políticos de maior influência na América do Sul.²⁹

Em Porto Alegre, São Paulo e no Rio de Janeiro, diferentes grupamentos tinham o papel da representação brasileira do DAD. Por um lado, essa função garantia o apoio dos camaradas-exilados na Argentina. Através da publicação de artigos na revista do movimento, por outro lado, os grupos brasileiros tinham a possibilidade de ganhar um alcance dos efeitos, um âmbito de ação mais amplo – o que o seu país do exílio lhes negava. Por conseguinte, não é surpreendente que esses grupos representante do DAD no Brasil pertenceram aos grupamentos políticos mais importantes fundados e dirigidos por refugiados do nazismo de língua alemã no país.

O Movimento dos Anti-Nazis Alemães em Porto Alegre

Em Porto Alegre, o já nomeado *Movimento dos Anti-Nazis Alemães* assumiu o papel do representante do movimento DAD. O *Movimento dos Anti-Nazis Alemães* foi fundado pelo anti-nazista combatente da primeira hora Friedrich Kniestedt e o refugiado vienense Johann Grimeisen, em 1942. Quando os diplomatas alemães, com o rompimento das relações entre os dois países, tiveram que deixar o Brasil, Kniestedt escreveu uma

“carta de despedida” ao então cônsul alemão em Porto Alegre, Friedrich Ried (1891-1962), em fevereiro de 1942:

O senhor terá que levar consigo na viagem de volta uma certeza: O povo brasileiro hospitaleiro nunca aplicará as formas bárbaras de castigo que seus partidários e simpatizantes utilizam em vossa Alemanha ‘humana’ e ‘civilizada’. [...] 1. Com sua mentalidade de “Alemanha sobre tudo” o senhor não conseguir conquistar as simpatias do povo brasileiro. 2. O senhor semeou discordância e ódio entre os alemães aqui no país. [...] o senhor deixa em herança o exército de agentes que formam a famigerado Quinta Coluna e estão prestes a executar qualquer ordem, tão feroz que seja. Apesar de ser quase 70 anos farei tudo para evitar esse perigo ou eliminá-lo.³⁰

Como já exposto, o *Movimento dos Anti-Nazis Alemães* responsabilizou-se pela integridade política dos seus membros para protegê-los das medidas tomadas contra os “súditos do Eixo”, e da vigilância exercida pelas autoridades de segurança. Era uma organização de autoproteção que tinha por fim “representar perante as autoridades brasileiras as justas pretensões dos alemães anti-nazistas para um tratamento especial”.³¹ Portanto, não é surpreendente que, de repente, houve uma enorme afluência de “novas anti-nazistas” que gostariam ter uma carteira de afiliação do movimento.³² O quanto valeu essa carteira revela a carta que Kniestedt mandou a Keller em outubro de 1942, contou que

a polícia do estado de Rio Grande do Sul concede essas pessoas [i.e. as 106 pessoas para cuja integridade Kniestedt se responsabilizava] a proteção policial completa. Nesses dias isso vale muito *aque!* [...] As carteiras já tenham mostrado bons resultados. [...] Somente alemães portadores de nossa carteira obtêm salvos-condutos. Isso são as exigências que até hoje fiz.³³

O grupo contava com partidários não apenas em Porto Alegre, na capital do estado do Rio Grande do Sul, mas também mantinha filiais

em Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais “que, segundo se supõe, absorveram partes da ‘Notgemeinschaft’ naquela altura enfraquecida”.³⁴
Segundo Keller,

por mais de dez anos [...] Friedrich Kniestedt, conseguiu reunir um círculo de pessoa ligadas pela confiança mútua. [...] Essas pessoas não têm uma opinião política uniforme [...] Elas estão unidas na sua luta contra a opressão, contra a miséria social, contra a guerra e o racismo. [...] Sabem que uma nova ordem só é possível quando o ser humano, que é seu portador, garante essa ordem com convicção e com o empenho de sua pessoa.³⁵

O *Movimento dos Anti-Nazis Alemães* encarregou-se da distribuição da revista publicada pelo DAD no Brasil. Nos artigos sobre a situação no Brasil que Kniestedt publicava nela regularmente denunciou o fato que, apesar da Campanha da Nacionalização e das medidas contra os “súditos de eixo”, os simpatizantes dos nazistas ainda saberiam divulgar sua propaganda enquanto as atividades políticas dos seus oponentes estivessem condenados a falhar por causa dos empecilhos. Quando a distribuição da revista do DAD estava em perigo por consequência das circunstâncias políticas, o *Movimento dos Anti-Nazis Alemães* começou a editar e divulgar circulares próprias a seus membros a fim de garantir a troca de informações e notícias apesar da distância geográfica.

Em 1943, Kniestedt, em função de delegado do exílio de língua alemã no Brasil, assistiu o Congresso do DAD em Montevideo em que constituiu-se como rede latino-americana. Embora Kniestedt fosse decepcionado com os resultados porque as divergências entre os diferentes campos não podiam ser superados, sua participação foi um pequeno sucesso para o *Movimento dos Anti-Nazis Alemães* e todos grupos ligados ao DAD no Brasil. Graças às reportagens sobre Kniestedt e o encontro internacional que saíram na mídia brasileira naquela ocasião um público mais amplo chegou a conhecer as preocupações dos refugiados

do nazismo e sua luta para a Alemanha livre.

Mesmo que Kniestedt fosse um único representante oficial do Brasil no Congresso, há indicações que houve mais dois outros membros de círculos políticos de São Paulo, participando nele em função de observadores “undercover” para o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS). Isso poderiam ter sido Kurt Fabian e Karl Lustig-Prean.³⁶ Contudo, Lustig-Prean não mencionou o Congresso em Montevideo – nem em sua correspondência com os outros ativistas nos meses após o evento em questão, nem em sua autobiografia escrita quando já havia retornado para a Europa. O que temos certeza é que Kniestedt fez relatório sobre o Congresso às autoridades em Porto Alegre dado às ligações estreitas que mantinha com o chefe da polícia Silva Py.³⁷

Após o fim da guerra, Kniestedt prosseguiu a luta contra o nazismo, advertindo que

de todo o Brasil recebo cartas que me confirmam que ainda hoje 95% dos antigos ‘nazis’ são mais fanáticos do que um ano atrás. [...] Para essas pessoas, a sua mentalidade é uma religião [...] É preciso informar as pessoas! No Brasil, sobretudo nos estados do sul, nos, os adversários da doença mental nazista, estamos de mãos atadas. [...] Dê nos a possibilidade de atuar nesse sentido. Para isso é necessário deixar entrar uma imprensa alemã livre. [...] Só assim é possível combater esse perigo. [...] Desde publicamos essas cartas, afirmo que o risco principal de uma segunda ataque dos nazista encontra-se na América do Sul.³⁸

Com a morte de Kniestedt, em 1947, o Brasil não só perdeu um dos combatentes contra o nazismo mais ativos e perenes. Também o *Movimento dos Anti-Nazis Alemães* ficou sem seu “propulsor” o que levou à dissolução do grupo.

O caso do co-fundador do movimento Johann Grimeisen é um bom exemplo para as filiações duplas ou triplas de vários refugiados em

diferentes círculos políticos, marcantes para o exílio de língua alemã no Brasil.

Na Áustria, o católico fiel Grimeisen fazia parte da assembleia municipal enquanto membro da *Christlich-Soziale Partei* (Partido Cristão-Social) em Viena. Era membro da diretoria do *Freiheitsbund* (Liga da Liberdade) no distrito Viena e da *Katholische Aktion* (Ação Católica) e colaborava no jornal *Arbeiter-Stimme*. Em virtude do seu engajamento social e seu enraizamento profundo no catolicismo tinha influência às decisões do então chanceler austríaco Kurt Schuschnigg (1897-1977). Após a anexação da Áustria, pronunciou-se contra o nazismo. Logo depois ele e sua esposa foram obrigados a deixar a pátria. Vieram ao Brasil, em 1939, porque lá se encontrava o filho do casal, que, sendo jesuíta, também teve que fugir da Europa. A *Federation des Émigrés d'Autriche*, em Paris, reconheceu o casal Grimeisen como refugiados políticos.

No exílio brasileiro, Grimeisen comprometeu-se com a educação dos seus correligionários, providenciando uma tradução da encíclica *Mit Brennender Sorge* (Com profunda preocupação)³⁹ e sensibilizando os brasileiros para os problemas sociais no país. Em razão das suas numerosas atividades diversificadas, a imprensa brasileira chamou-o de “líder católico austríaco” da Igreja combatente.⁴⁰

Justamente porque Grimeisen não podia expor sua opinião política abertamente no Brasil, procurou contato com compatriotas com que se correspondeu, discutindo a questão do futuro da Áustria. Além de escrever-se com Harald Michael von Schocher, exilado em Paraguai, mantinha ligações estreitas com Karl Lustig-Prean em São Paulo e com o ex-embaixador austríaco no Brasil, Anton Retschek (1885-1950) no Rio de Janeiro. Lustig-Prean explicava a Grimeisen os desafios das atividades políticas com que os refugiados no Brasil tinham que lidar:

Naturalmente os Movimentos Livres apenas podem atuar em âmbito das leis e decretos do país de exílio. É assim. E isso é a função dos círculos políticos. Primeiramente checar os membros no grupo mesmo e depois ajudar as autoridades checar outras pessoas. Aqui [i.e. São Paulo, M.E.], por exemplo, onde assessoro os Alemães Livres, o “exame” é tão rigoroso que nenhum quinta-colunista pode se esconder [...] No Rio Grande do Sul você tem um especialista como o tenente Aurelio da Silva Py. A situação é mais nítida do que na metrópole São Paulo. [...] Lutar não significa privar o Brasil de algo, mas muito mais defender o Brasil e, junto com ele, lutar contra Hitler. Isso é o objetivo dos alemães livres.⁴¹

Os refugiados austríacos como Grimeisen e Lustig-Prean não só juntaram-se aos círculos alemães, mas também aos grupos austríacos. Apesar de ser co-fundador do *Movimento dos Anti-Nazis Alemães*, Grimeisen integrou-se na *Aliança Austríaca pro Aliados*, em 1942, um grupo que foi fundado por Rudolf Frey em Asunción no mesmo ano, e na *Legion österreichischer Patrioten* (Legião de patriotas austríacos), iniciada por Harald von Schocher. Dois anos depois, Grimeisen ainda pertenceu aos membros do *Comitê de Proteção dos Interesses Austríacos no Brasil*, dirigido por Anton Retschek.⁴²

As filiações duplas ou triplas de alguns refugiados, especialmente austríacos, devia-se, entre outras razões, ao fato que as autoridades brasileiras evidentemente não distinguiram (ou não queriam distinguir) entre os alemães e austríacos. Em consequência austríacos podiam servir como representantes de um movimento político alemão.

A Notgemeinschaft deutscher Antifaschisten (Associação de Emergência dos Alemães Antifascistas) no Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro era a *Notgemeinschaft deutscher Antifaschisten* (Associação de Emergência dos Alemães Antifascistas) sob comando de Willy Keller que cuidou dos interesses do DAD. Nascido em Konstanz

em 1900, Keller trabalhava como ator e, mais tarde, como encenador e diretor de teatro em Frankfurt am Main, Würzburg, Heidelberg e Berlim. Teve que fugir da Alemanha porque, em 1934, foi ameaçado de prisão pela Gestapo e sua mulher que era de origem judaica foi convocada pela Gestapo e mantida sob observação. Keller era delegado da Cooperativa dos Filiados ao Teatro há muitos anos e simpatizava com os Social-Democratas. Graças à ajuda de parentes no Brasil, conseguiram fugir para Porto Alegre, em 1935. Lá, Keller tornou-se redator do jornal *Aktion* de Kniestedt.

O contato com o grupo do DAD, estabelecido a partir de 1940, gerou uma atividade política corajosa na *Notgemeinschaft deutscher Antifaschisten* por parte de Keller. Ao seu ver, isso era uma obrigação. Se tivesse existido a *Notgemeinschaft* que atuava em estreita consulta tanto com DAD quanto com o movimento de Kniestedt, não teria tido uma representação dos antifascistas alemães no Rio de Janeiro.⁴³ Mesmo sob circunstâncias adversas, esse engajamento virou-se uma força vital, sem qual Keller não teria aguentado o exílio. “Eu teria tido que cometer suicídio. Assim, por um desvio, a política entrou na minha vida. A ela e ao meu próprio empenho nela devo o fato que sobrevivi”.⁴⁴

Apesar de ser fundada já em 1935, a *Notgemeinschaft* só pôde ter mais evidência em 1943, uma vez que na então capital e sede do governo, os círculos políticos eram observados bem mais de perto do que nas outras cidades. O chefe da Polícia do Distrito Federal do Rio de Janeiro, Filinto Müller, era conhecido como simpatizante dos nazistas. Keller pertenceu aqueles refugiados cujas atividades foram monitoradas repetidamente. Desde sua mudança para Rio de Janeiro as autoridades ficaram desconfiadas por causa das reuniões com os amigos na sua residência. Apenas quatorze dias após a sua chegada no Brasil, em 1935, Keller sofrera a primeira busca domiciliar e durante a guerra até quadros

por semana, a última em 1946. Ele disse que nem os nazistas poderiam ter feito mais se ele tivesse ficado na Alemanha. Sua correspondência e documentos foram arrecados.⁴⁵

Conseqüentemente, era preciso esperar por uma boa oportunidade o que se abriu quando Nelson de Melo assumiu o cargo do chefe da Polícia no Rio, substituindo Filinto Müller. Então foi possível formar um círculo de amigos, segundo a própria *Notgemeinschaft*, de pessoas politicamente engajados que mantêm contato de maneira pessoal e livre sem qualquer relação organizatória. Todos os alemães que declaram-se a favor do socialismo científico foram convidados a participar.⁴⁶ Como Keller não estava disposto a deixar a *Notgemeinschaft* servir como abrigo para simpatizantes do nazismo que fariam mau uso do caráter informal do grupo, queria adotar o modelo de Porto Alegre e trabalhar com listas das pessoas confiáveis. A polícia no Rio, porém, não estava interessada numa colaboração com um grupo antifascista no combate contra o nazismo.

Segundo Keller, as pessoas que se integraram a *Notgemeinschaft* eram, na maioria, liberais. Ele mesmo não era membro de nenhum partido já que preferia manter sua independência, mas não tanto como o amigo anarquista Kniestedt. O que uniu os dois foi a colaboração e ligação ao DAD e o inimigo comum, os nazistas.

Houve a organização dele, a minha e a dirigido por August Siemsen [Siemsen (1884-1958) era o editor influente da revista do DAD, M.E.] [...] com seus objetivos ideológicos comuns que defendemos juntos a base voluntária. O que era muito satisfatório era o fato que a colaboração baseava-se em ideias políticas comuns sem programa fixo [...] Siemsen em Argentina tinha os melhores oportunidades. No Brasil foi difícil. Nem por isso, se Kniestedt e eu não tivéssemos feito nada em Porto Alegre e no Rio, nada teria acontecido aqui.⁴⁷

Recebendo exemplares da revista do DAD de Kniestedt, Keller responsabilizou-se, junto com Kurt Uebel (1916-?), para a distribuição dela no Rio e seus arredores. Em seus artigos para a revista do DAD, Keller tratava da questão das possibilidades e necessidades da educação política de uma nação em meio de circunstâncias adversas de uma ditadura. Por conhecer os impactos de uma política de cunho ditatorial, não cansava-se de enfatizar a importância de um engajamento político apesar das restrições existentes e criticou os refugiados que preferiam ficar politicamente passivos.

É lamentável verificar que aqueles que não querem saber de política superam em grande número aqueles politicamente engajados. Esse peso morto que os emigrantes políticos têm que carregar é o que toma o trabalho tão difícil e muitas vezes infrutífero. [...] O fato de sua emigração por si só é uma prova cabal de que a luta política não passou por ele sem deixar marcas. Naqueles dias em que o destino o atingiu duramente, ele soube com astúcia, com artimanhas ou pela fuga necessária, fazer frente aos acontecimentos. Mas, logo que pôs em segurança sua preciosa vida, recaiu na velha e irresponsável letargia. [...] Não se quis e não se quer saber de política! [...] Expressam uma forma de pensamento político bem definido, quando não atentam contra nossa liberdade pessoal aqui no Brasil, à exceção de algumas restrições quase imperceptíveis.⁴⁸

Assim com o *Movimento dos Anti-Nazis Alemães* em Porto Alegre a *Notgemeinschaft*, em 1943, iniciou a publicação de um boletim informativo chamado *Briefe der Notgemeinschaft deutscher Antifaschisten* (Cartas da Associação de Emergência dos Alemães Antifascistas) com a intenção de substituir a revista do DAD quando essa já não mais chegava ao Brasil ou apenas irregularmente. Ato de solidariedade para anteparar o vazio deixado pelo sumiço da revista do DAD, as cartas da *Notgemeinschaft deutscher Antifaschisten* deveriam fortalecer a união entre os camaradas.

Nossas cartas foram aplaudidos e alcançamos leitores a que a gente até então não tinha chegado. Era preciso continuar a publicá-las. O objetivo era apelar

à reunião, explicar aos antifascistas alemães a comunhão do seu destino e contribuir para equilibrar as contradições táticas que ainda desnorтеiam os emigrantes alemães parcialmente.⁴⁹

As cartas eram escritas em língua alemã à maquina e mimeografadas, com uma tiragem de 500 exemplares, de sete páginas em média. Em 1945, as cartas foram temporariamente publicadas em português. A divulgação das cartas foi muito perigoso. Todavia, isso não impediu Keller de fundar a *Notbücherei deutscher Antifascisten* (Livraria de Emergência dos Alemães Antifascistas), junto com o escritor Ulrich Becher (1910-1990).⁵⁰ Segundo Becher, o objetivo era – mediante das publicações da *Notbücherei* –

influenciar as grande ilhas de língua alemã no Rio Grande do Sul que estavam por 90 pro cento hitlerizado. Como após a entrada do Brasil na guerra as publicações nas línguas dos poderes do eixo foram proibidos, deixamos registrar as nossas ao Ministério de Educação com a nota: escrito em língua suíça.⁵¹

O primeiro livro da *Notbücherei* foi lançado em 1943. Era o poema narrativo de Ulrich Becher chamado *Das Märchen vom Räuber, der Schutzmann wurde* (O conto de fadas de ladrão que se virou policial). Em consequência da proibição de qualquer publicação em língua alemã, a edição e distribuição da obra foi um grande desafio para os responsáveis e só pôde acontecer clandestinamente.⁵² Saiu numa tiragem de 200 exemplares assinados pelo autor. Bem como as cartas que, muitas vezes, foram anotados explícito com a indicação “distribuição interna”, esse livro foi divulgado apenas aos membros. Em outubro de 1945, um segundo volume – uma tradução de poemas selecionados de Carlos Drummond de Andrade – foi anunciado na revista do DAD. Contudo, parece que os escassos recursos financeiros só permitiram a publicação de um livro.

Em 1946, Keller quitou as suas atividades políticas. Desde 1941, voltara a receber propostas de trabalho, a princípio como ator e, mais tarde, como encenador em diversos teatros do Rio de Janeiro. Naqueles anos, tentava fundar um grupo teatral de língua alemã o que somente pôde ser realizado após o fim da guerra em virtude da proibição do uso da língua alemã em público. No entanto, em 1942, contatou seu colega, o dirigente da *Freie Deutsche Bühne* (Teatro Alemão Livre) em Buenos Aires, Paul Walter Jacob (1905-1977). Além do trabalho teatral, tal como Keller e Lustig-Prean, se engajou politicamente, sendo membro do DAD.⁵³ Keller perguntou sobre a possibilidade de encenar na *Freie Deutsche Bühne* a peça *Deus lbe pague* de Joracy Camargo cujos direitos de tradução possuiu. Jacob pediu o envio da peça e seis anos depois a versão alemão da peça, feita por Keller, estreou tanto na Argentina quanto no Brasil. Embora ou justamente porque um teatro de língua alemã era não viável no Brasil naquela época, os atores e diretores de teatro refugiados lá dirigiram-se a Jacob que, na qualidade de diretor do único teatro profissional de língua alemã no continente sul-americano, tornou-se um dos interlocutores mais importantes para muitos colegas exilados nessa parte do mundo.⁵⁴

Keller levou sua experiência do teatro europeu para o Teatro Municipal do Rio de Janeiro e, sobretudo, para o Teatro Experimental do Negro. Com o trabalho no *Freies Europäisches Künstlertheater* (Teatro Livre Europeu dos Artistas), fundado em 1946 por refugiados alemães, e as traduções de numerosas obras de autores brasileiros importantes, como Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade e Nelson Rodrigues, voltou-se a um público de língua alemã. Como experiente diretor do Instituto Cultural Brasil-Alemanha, fundado por ele em 1957, no Rio de Janeiro, criou outra base importante para a mediação cultural entre os dois países.⁵⁵

Desiludido quanto ao êxito do seu engajamento político, Keller admitiu que diante essas circunstâncias adversas seu empenho havia se mostrado ineficaz.

No Brasil, não pode-se ter um partido político alemão ativo que seria capaz influenciar o destino da Alemanha. Faltam as condições aqui. No máximo seria um partido-apêndice. [...] Voltamos então ao ponto de onde viemos, a nossa auto-responsabilidade, a nossa liberdade de opinião e ao nosso círculo de amigos desorganizado. Sob as circunstâncias atuais não é possível uma liberdade organizada para os Alemães Antifascistas. Só o dia que trará liberdade para todas nações, também vai trazê-la ao povo alemão.⁵⁶

Já um ano antes, em 1945, Keller havia terminado a colaboração com Kniestedt. Houve dissensões insuperáveis quanto à direção político-partidário. Enquanto o anarquista Kniestedt recusou a aproximar-se a um partido de maneira qualquer, Keller e muitos dos seus co-combatentes simpatizaram com o Partido Social-Democrata na Alemanha após a guerra.⁵⁷ Apesar da renúncia de Keller as cartas continuaram a ser publicadas até março de 1947. “Quanto à Notgemeinschaft, ela foi aparentemente dissolvida pelo próprio Keller em fins de 1947 e começo de 1948. A atitude de Keller é criticada em um manifesto aos amigos do DAD no Brasil, assinado por Kurt Uebel, Wilhelm Feith, Kurt Lenhard, Ernst Oppenheim e Kurt Saalfeld”.⁵⁸

O Movimento dos Alemães Livres em São Paulo

Em agosto de 1942, a revista do DAD anunciou a reunião de todos alemães antifascistas em São Paulo, juntando-se no *Movimento dos Alemães Livres*. A partir desse momento, esse grupo, fundado e dirigido por Karl Lustig-Prean, teve a chefia na região, junto com o DAD. O diretor de teatro, nascido em Prachatitz/Boêmia em 1892, tornou-se homem de confiança de August Siemsen. Já em 1937, Lustig-Prean

deixou a Europa, fugindo do regime nazista devido às suas convicções políticas. Fez parte da direção da *Deutsche Christlich-Soziale Volkspartei* (Partido Popular Social-Cristão Alemão) na Tchecoslováquia. Assim, com suas atividades no Brasil, Lustig-Prean só continuou seu engajamento político.

Antes do exílio, atuara como diretor, encenador e intendente de teatros em Bolzano, Graz, Augsburg, Berna e Viena antes que se tornasse redator-chefe do jornal *Deutsche Presse* em Praga, em 1935. No Brasil, inicialmente, achou emprego como encenador no Teatro Municipal do Rio. Mudando-se para São Paulo, fundou uma escola de atores e um teatro para crianças. Por algum tempo foi redator-chefe da revista católica *St. Michaels-Bote* e ocupou o cargo de Cônsul Honorário da Áustria em Santos. Depois de retornar para a Áustria, em 1948, Lustig-Prean realizaria a mediação cultural na direção contrária, ao familiarizar seu público austríaco com o Brasil através de publicações, palestras e eventos culturais.⁵⁹

A atuação política de Lustig-Prean no Brasil foi ampla e começou já em 1938 com a convocação de um pequeno círculo de oponentes alemães e austríacos de Hitler, na maioria cristãos. Logo despertou a atenção das autoridades brasileiras que adivinharam uma ligação com o DAD ou seja A Outra Alemanha. Referindo ao acrônimo AOA na sua autobiografia, Lustig-Prean laconicamente comentou: “Recebeu-se a emblema AOA, quer dizer A Outra Alemanha ou A Outra Áustria. Fomos econômicos”.⁶⁰ Embora saiba-se que, na autobiografia de Lustig-Prean, muitas vezes, a ficção confunde-se com a verdade, essa afirmação reflete uma atitude dele bem significativa uma vez que não hesitou filiar-se tanto a grupamentos alemães quanto a grupos austríacos.⁶¹

Esse comportamento não só provocou desconfiança por lado dos refugiados. As autoridades brasileiras igualmente duvidaram da sua

integridade política, pondo em questão sua oposição ao nazismo. À vista disso foram ambíguas as relações que Lustig-Prean manteve com os dirigentes responsáveis. Por um lado, teve bons contatos nos círculos das autoridades. Através de uma estratégia, o diretor de teatro garantiu ao *Movimento dos Alemães Livres* a atenção e simpatia do Presidente Vargas. Em abril de 1942, enviou ao Presidente um telegrama em nome do movimento, dando os parabéns ao aniversário.

O ditador respondeu com um telegrama longa, dizendo que ficou muito feliz sobre nossa disposição a servir o Brasil lealmente e assegurando-nos a sua simpatia. Assim embora legalmente inexistente e nem tolerado pela polícia já fomos reconhecidos pelo próprio Presidente da Republica. Cada um dos nos levou esse telegrama sempre consigo como carta-branca, Laissezpasser.⁶²

Apesar desse telegrama Lustig-Prean e outros membros, porém, não foram protegidos da vigilância do DEOPS. O diretor de teatro procurou contato direto com as autoridades, tentando conquistar a confiança delas e convencê-las das boas intenções do grupamento. Em maio de 1942, mandou um manifesto ao Superintendente do DEOPS, Major Vieira de Melo, e divulgou-o na grande imprensa da cidade.⁶³ Além da lealdade incondicional com o Brasil, o manifesto ressaltou o esforço do *Movimento dos Alemães Livres* a “esclarecer o abismo insuperável que separa a Alemanha de Goethe e Beethoven do tribo selvagem dos Hitleristas”.⁶⁴ As autoridades contentaram-se com buscas domiciliares reiteradas. Isso leva a conclusão que não classificaram o movimento como muito perigoso, seja porque o número de membros era baixo ou porque o grupo esforçou-se por obedecer as leis brasileiras.

Houve mais um argumento a favor de Lustig-Prean: ele era conservador e católico, portanto não judeu ou comunista embora uma vez fosse denunciado ter afiliações comunistas e devesse apresentar-se à

polícia. Contando o interrogatório em sua autobiografia, percebe-se o alívio de uma pessoa que sabe que havia passado por uma situação muito perigosa. Ao mesmo tempo, a descrição de Lustig-Prean dá uma boa impressão de qual vital importância o conhecimento de pessoas influentes era para os refugiados:

Dr. Tavares [i.e. o delegado da polícia, M.E.] me pediu contar a minha vida. [...] Perguntou se eu tivesse sido comunista em Praga? Dei uma gargalhada. O enviado brasileiro me recomendou a Herbert Moses. [...] Mas como o enviado soubesse que eu não era comunista? –Do cardinal. [...] Tavares concluiu: [...] provavelmente o senhor tornou-se vítima de uma calúnia. Provavelmente o senhor é uma boa pessoa. Já em pé respondi: Querido Doutor Tavares, o senhor pode perguntar o cônsul-geral americano sobre mim. – O senhor o conhece? Por que não disse antes? – Eu quis saber, como o interrogatório é feito aqui.⁶⁵

Apesar das boas relações de Lustig-Prean com os chefes da Polícia em São Paulo, sua atividade foi “suspeita e merecedora de atenção” em razão do seu contato com Otto Strasser (1897-1974) e Ernst Bachmann () que pertenceram à Schwarze Front, Frente Negra. Constituído, em sua maior parte, de ex-nacional-socialistas insatisfeitos, esse movimento de dissidência nazista era antidemocrático e em parte até nitidamente fascista.⁶⁶ Segundo as autoridades “(s)omente um longo e acurado serviço de observação poderá definir claramente os intuitos do ‘Movimento dos Alemães Livres’.”⁶⁷ Ainda que o movimento e seus membros sofressem os impactos negativos da política do governo Vargas, Lustig-Prean mostrou compreensão para a suspeição dos brasileiros. Em seu livro *Mil Destinos da Europa* de 1943 em que intendia demonstrar que a cultura alemã não podia ser equiparada aos crimes de Hitler, esclareceu:

Compreendemos perfeitamente a desconfiança dos nossos amigos brasileiros. Eles não podem estabelecer, de pronto, uma diferença entre

alemães antifascistas e os nacional-socialistas, o que para muitos de nós seria agradável. A verdade é que existem milhões de alemães antifascistas. [...] Assim como não se pode aceitar como ‘lutador’ qualquer alemão, pelo fato de ter emigrado, não se pode também lançar a pecha de hitlerista aos que foram obrigados a ficar na Alemanha ou em outras nações nazi-fascistas.⁶⁸

Em uma declaração, lançada em janeiro de 1943 em comemoração dos “Dez anos sob o domínio Hitlerista”, o movimento não só elaborou uma lista detalhada das mentiras e traições cometidos pelo regime nazista na Alemanha e Europa, mas também ilustrou as tentativas de Hitler apoderar-se do Brasil e elogiou as medidas tomadas por parte do Brasil para enfrentar esse perigo:

Hitler enche os países [sic] amigos como o Brasil de uma rede de Quintas Colunas e espíões. [...] Os consulados eram centros de espionagem do Partido, a calúnia era o pão de todos os dias, a corrupção o distintivo do nazismo. O Brasil era um GAU (Distrito), exército de funcionários do Partido [...] Mas o grande presidente do Brasil, nossa pátria adotiva, pronunciou na grave hora do perigo, as palavras devidas e ordenou os atos necessários. E assim, nos nossos corações o ódio contra o homem que fez o povo alemão afundar-se na lama, que deshonrou o povo alemão e fez com que as colônias alemãs no estrangeiro se tornassem vítimas do desprezo universal, o ódio contra esse homem está a par do respeito pelo homem que organizou o povo brasileiro, e o conduziu no caminho da ordem e do progresso.⁶⁹

A ênfase da sua fidelidade e confiança no Brasil era deveras muito importante para Lustig-Prean e perpassou suas publicações como um fio de meada. Pois além dos refugiados o diretor de teatro procurou convencer os brasileiros da luta por uma Alemanha livre. Nesse sentido, na “Carta a amigos” de 13 de julho de 1943 – uma publicação particular que editava em forma de boletins – Lustig-Prean citou uma carta do príncipe Hubertus Löwenstein (1906-1984). Após a fuga para os EUA, em 1936, o príncipe fundara a *American Guild for German Cultural Freedom* e tornara-se um dos representantes mais importantes do exílio de língua alemã. Nessa carta dirigiu-se ao Brasil, dizendo:

Tenho o direito de dizer em nome de inúmeros outros católicos alemães que milhões de democratas convictos da Alemanha olham para o Brasil com amor e esperança. [...] estou feliz sobre qualquer cooperação de todas as correntes cristãs e democráticas no Brasil. Seria uma grande esperança para a paz se dentro em pouco no mundo todo se dessem tais colaborações.⁷⁰

Endossando essas palavras, Lustig-Prean acrescentou animadamente:

E assim é! O povo brasileiro é a nossa esperança! Se acreditamos num futuro melhor, numa paz duradoura, num mundo mais justo, é porque esperamos que o povo brasileiro terá um lugar importante nas conferências vindouras que deverão decidir os destinos do mundo. Os povos do Brasil e da América do Norte fazem essa guerra ‘sina ira et studio’, fazem-na em favor da humanidade e da civilização, da justiça e da cultura, do cristianismo. A nossa crença nos povos do Brasil e da América do Norte é una e indivisível, a nossa lealdade é totalitária.⁷¹

A despeito disso, as autoridades americanas, no início, desconfiaram as atividades de Lustig-Prean. Colheram informações sobre ele e até interceptaram a sua correspondência. Afinal, chegaram a conclusão que ele era confiável e anti-nazista.⁷²

Em setembro de 1942, Lustig-Prean explicou o papel do *Movimento dos Alemães Livres* de um elo “entre o *Movimento Alemanha Livre* tão estimado de Ludwig Renn no México e o *Outra Alemanha* da Argentina cujo homem de confiança continuo ser aqui no Brasil”.⁷³ Dessa maneira, por algum tempo, o grupo foi percebido como um círculo ligado tanto ao DAD quanto ao *Movimento Alemanha Livre*. A longo prazo, Lustig-Prean não conseguiu furtar-se a confrontação entre os dois círculos rivalizados. Ambos grupos queriam reunir as forças e criar uma *Frente Única* na América Latina. Com sua decisão a favor do *Movimento Alemanha Livre* e sua participação na presidência de honra do *Comitê Latino-americano* (LAK), em 1943, o *Movimento dos Alemães Livres* acabou de existir.

Conforme outras fontes, as autoridades mandaram a extinção do grupamento. Há dados contraditórios sobre a data. De acordo de uma fonte, isso aconteceu em junho de 1943, uma outra alega que o movimento foi dissolvido segundo o decreto-lei nº 4.684 em setembro de 1942.⁷⁴ A já mencionada desconfiança dos exilados e das autoridades para com Lustig-Prean e a descontinuidade dele foram responsáveis pelas dificuldades que, às vezes, surgiram na colaboração com os outros grupos políticos em Porto Alegre e no Rio de Janeiro.

Durante sua curta existência, o *Movimento dos Alemães Livres* conseguiu reunir refugiados e alemães que viviam no Brasil há mais tempo. Por meio das suas atividades de apresentação de filmes, realização de palestras e publicação de um boletim informativo, o grupamento era um representante bem-sucedido do exílio alemão político. Apesar do sumiço desse grupo-colaborador em São Paulo a influência do DAD de Buenos Aires provou-se mais sustentável e constante do que a do *Movimento Alemanha Libre* de México. Em março de 1943, o ex-membro Kurt Fabian que havia se manifestado a favor ao DAD fundou um novo grupo. Assim, o grupo argentino logo foi representado na Pauliceia com o grupo maior do que anteriormente.⁷⁵

Quando, ainda em 1943, renunciou a presidência de honra do LAK, Lustig-Prean não podia esconder uma certa decepção sobre o fracasso de seu empenho para uma outra Alemanha – assim como Keller no fim do engajamento. Lustig-Prean justificou sua decisão, apontando que muito refugiados tinham se enraizado no país do exílio. Por isso desligariam-se do destino da velha pátria. Ademais explicou que sua eleição na presidência de uma organização alemã havia causado mal-entendidos entre muitos de seus conterrâneos procedentes da velha Áustria, levantando a suspeita de que ele estava de acordo com a anexação, e entre os checos que não queriam ver documentada nenhuma

ligação entre os alemães dos Sudetos e do Reich.⁷⁶ No entanto, foi justamente por causa da qualidade de alemão dos Sudetos que o LAK escolhera Lustig-Prean para tomar parte na presidência da sua organização. Deveria representar os refugiados conservadores, católicos, alemães do Sudetos, checos, austríacos e formar um elo entre o LAK e o único país de língua português na América Latina.

Dando reviravoltas incríveis a longo do tempo, tal como referido, a “multi-função” de Lustig-Prean evidenciava-se mais uma vez quando, após o recuo dos grupos alemães, integrou-se aos organizações austríacos. Colaborador no *Comitê de Proteção dos Interesses Austríacos no Brasil*, o diretor de teatro entrou em favor da independência da Áustria. Em 1944, finalmente, tornou-se membro do *Comitê Democrático dos Alemães dos Sudetos*.

Considerações finais

“Não conseguimos liberar os brasileiros” – isso foi a conclusão prosaica de Lustig-Prean, avaliando seu engajamento em retrospectiva após voltando para a Europa depois o fim da guerra. Do mesmo modo, Keller abandonou as atividades políticas após dez anos de empenho aminado. Ambos refugiados deduziram a partir das suas experiências pessoais que era impossível esclarecer e informar os refugiados e o povo brasileiro sobre o nazismo e a existência de uma outra Alemanha de uma maneira universal e persistente em meio das circunstâncias políticas adversas existentes no país naquela época. O fato de a Polícia Política vigiar os movimentos anti-nazistas, fundados pelos refugiados, e seus ativistas era

sintomático da política de aparências sustentada pelo governo Vargas. Ações repressivas como estas demonstram que o regime não estava ‘resolvido’ quanto ao seu distanciamento frente às potências do Eixo (símbolo do totalitarismo europeu) e às nações aliadas (símbolo da democracia europeia e americana).⁷⁷

A existência dos grupos políticos passou despercebido pela maioria dos próprios refugiados o que deveu-se, entre outros, ao fato do reduzido número de participantes ativos. Permaneceram relativamente sem importância, uma vez que sua mensagem costumava ser difundida apenas no círculo dos que compartilhavam das mesmas ideias. Mais do que uma verdadeira força política os membros dos movimentos consideram os grupamentos como uma possibilidade de definir e exprimir sua posição política diante de um inimigo cruel e desumano, disposto a subjugar o mundo inteiro. A presença política dos refugiados do nazismo era indispensáveis para a comunidade do exílio de língua alemã e para o país de acolhimento, o Brasil. Os ativistas assumiram responsabilidades para aqueles refugiados que, segundo Keller, “precisaram de algum em que podiam encostar para sentir-se anti-nazista. E esse apoio moral nos lhes dávamos porque ousamos manifestar nossa opinião apesar das proibições e restrições.”⁷⁸

Notas

* Pesquisadora sênior do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação/Universidade de São Paulo (LEER/USP), participante do projeto RELLIBRA – Literatura brasileira de língua alemã (USP/Instituto Martius Staden), doutora em História pela Universidade de Viena/Áustria e mestre em Letras, Estudos Judaicos e Direito pela Universidade Johannes Gutenberg de Mainz/Alemanha. E-mail: Ecklmarlen@aol.com.

¹ Carta de Karl Lustig-Prean para Thomas Mann, 04/09/1942. In: KUSCHEL, K.-J. et al. **Mutterland**. Die Familie Mann und Brasilien. Düsseldorf: Artemis & Winkler Verlag, 2009. pp. 220-221.

² LUSTIG-PREAN, K. **Lustig-Preans lachendes Panoptikum**. Frankfurt am Main/Viena: Forum Verlag, 1952. p. 303.

³ MÜHLEN, P. V. Z. Políticas Atividades des deutschsprachigen Exils in Brasilien. In: ASMUS, S.; ECKL, M. „...mehr vorwärts als rückwärts schauen...“ Das deutschsprachige Exil in Brasilien 1933-1945. Berlin: Hentrich & Hentrich Verlag, 2013. pp. 82-93, p. 83.

⁴ ARNAU, F. **Gelebt, geliebt, gehasst**. Ein Leben im 20. Jahrhundert. Munique: Kurt Desch Verlag, 1973. pp. 291-292.

⁵ DINIZ, E. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999. pp. 21-38, p. 25.

⁶ BOMENY, H. Três decretos e um ministério: a propósito educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. op. cit., pp. 135-196, p. 139.

⁷ Sobre a questão da política imigratória restritiva do governo Vargas confira entre outros

CARNEIRO, M. L. T. **O anti-semitismo na Era Vargas**. Fantasmas de uma geração (1930-1945). São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

____ **Cidadão do mundo**. O Brasil diante do holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948). São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

KOIFMAN, F. **Quixote nas trevas**. O embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

____ **Imigrante Ideal**. O Ministério da Justiça e a Entrada de Estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LESSER, J. **O Brasil e a questão judaica**. Imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1995.

⁸ Hildebrando Accioly apud CARNEIRO, M. L. **Cidadão do mundo**, op. cit., p. 52.

⁹ LESSER, J. op. cit., p. 173.

¹⁰ Da cota original foram autorizados 959 vistos dos quais apenas 803 foram usados para entrar no Brasil. Ver MILGRAM, A. **Os judeus do Vaticano**. A tentativa de salvação de católicos não-arianos de Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942). Rio de Janeiro: Imago Editora, 1994. p. 151.

¹¹ PFERSMANN, A. Brasilien. In: DOUER, A.; SEEBER, U. (orgs.). **Wie weit ist Wien**. Lateinamerika als Exil für österreichische Schriftsteller und Künstler. Viena: Picus Verlag, 1995. pp. 89-93, p. 89.

¹² Ver MÜHLEN, P. V. Z. **Fluchtziel Lateinamerika**. Die deutsche Emigration 1933-1945: politische Aktivitäten und soziokulturelle Integration. Bona: Verlag Neue Gesellschaft, 1988. pp. 48-49.

¹³ ENDRIES, C. A. **Exiled in the Tropics: Nazi Protesters and the Getúlio Vargas Regime in Brazil 1933-1945**. Doutorado, Harvard University, Cambridge/Massachusetts, Estados Unidos da América, 2005. p. 58.

-
- ¹⁴ Ver SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. op. cit., pp. 199-228, p. 221.
- ¹⁵ CYTRYNOWICZ, R. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 22, n° 44, 2002. pp. 393-423, p. 404. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200007>. Acesso em 09/07/2015.
- ¹⁶ SEYFERTH, G. op. cit., p. 224.
- ¹⁷ ALVES, E. B. **Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo**. A comunidade alemã sob vigilância do DEOPS (1930-1945). São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2006. pp. 154-155.
- ¹⁸ PERAZZO, P. F. **Prisioneiros da guerra**. Os “Súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945). São Paulo: Editorial Humanitas/Imprensa Oficial, 2009. p. 80.
- ¹⁹ CANCELLI, E. **O mundo da violência**. A política da era Vargas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994. p. 140.
- ²⁰ Ver MÜHLEN, P. V. Z. **Fluchtziel Lateinamerika**. op. cit., p. 192.
- ²¹ Sobre Friedrich Kniestedt ver KNIESTEDT, F. **Memórias de um imigrante anarquista**. Editado por René Gertz. Porto Alegre, Escola Superior de Teologie e Espiritualidade Fransciana /EST- Coleção Imigração Alemã, 1989.
- ²² Entrevista com Willy Keller para o Institut für Zeitgeschichte, Munique, 05/10/1971. In: **Acervo Willy Keller**, Institut für Zeitgeschichte, Munique, ZS 2214, p. 3. Disponível em <http://www.ifz-muenchen.de/archiv/zs/zs-2214.pdf>. Acesso em 09/07/2015. Reprodução em: ZIMBER, K. M. A. **Willy Keller**: Um tradutor alemão de literatura brasileira. Mestrado, USP, São Paulo, Brasil, 1998. pp. 112-121, p. 114.
- ²³ Ver MÜHLEN, P. V. Z. **Politische Aktivitäten**, op. cit., p. 85. ____ **Fluchtziel Lateinamerika**, op. cit., pp. 194-197.
- ²⁴ MÜHLEN, P. V. Z. **Politische Aktivitäten**, op. cit., p. 83.
- ²⁵ Ver MÜHLEN, P. V. Z. **Fluchtziel Lateinamerika**, op. cit., p. 197.
- ²⁶ KESTLER, I. M. F. **Exílio e literatura. Escritores de fala alemã durante a época do nazismo**. São Paulo: Edusp, 2003. p. 157.
- ²⁷ Carta de Karl Lustig-Prean para Ulrich Becher, 13/03/1943. In: **Acervo Alexander Roda-Roda**, Wienbibliothek im Rathaus, Viena, Coleção de Manuscritos, I.N. 215.635.
- ²⁸ GRIMEISEN, J. **Von mir über mich. Autobiographische Skizzen**. Manuscrito inédito. Acervo Johann Grimeisen. Dokumentationsarchiv des österreichischen Widerstandes (DÖW), Viena, Maço n° 21314. pp. 114-115.
- ²⁹ Sobre o movimento DAD ver FRIEDMANN, G. **Alemanes antinazis en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.
- ³⁰ KNIESTEDT, F. **Fuchsfeuerwild**. Erinnerungen eines anarchistischen Auswanderer nach Rio Grande do Sul, memórias de Friedrich Kniestedt (1873-1947). Hamburgo: Verlag Barrikade, 2013. pp.196-197.
- ³¹ Relato de Friedrich Kniestedt para Coronel Dr. Aurelio da Silva Py, chefe da Policia do Estado de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, agosto de 1943. In: **Prontuário Wilhelm Keller**, D.E.S.P.S./MJNI, N° 39.388, APERJ, Rio de Janeiro.

³² Ver carta de Willy Keller para Friedrich Kniestedt, Rio de Janeiro, fins de outubro de 1942. In: **Acervo Willy Keller**, Institut für Zeitgeschichte, vol. 1, Munique: ED 208.

³³ Carta de Friedrich Kniestedt para Willy Keller, Porto Alegre, 17 de outubro de 1942. In: **Acervo Willy Keller**, Institut für Zeitgeschichte, vol. 1, Munique: ED 208.

³⁴ MÜHLEN, P. V. Z. **Politische Aktivitäten**, op. cit., p. 87.

³⁵ KELLER, W. In eigener Sache. In: **Notgemeinschaft deutscher Antifaschisten**. Alemães Antifascistas. Carta n° 2, 1944. pp. 1-3. **Acervo Willy Keller**, Institut für Zeitgeschichte, vol. 2/1, Munique: ED 208. Tradução portuguesa em KESTLER, I. M. F. op. cit., pp. 267-270, p. 270.

³⁶ Num artigo sobre o trabalho das antifascistas alemãs em São Paulo, Kurt Fabian confirmou a participação do grupo de São Paulo no Congresso em Montevideo. Ver FABIAN, K. São Paulo. Der Kampf der deutschen Anti-Faschisten in São Paulo (1933-1945). Ein Rückblick. In: **Notgemeinschaft deutscher Antifaschisten**. Alemães Antifascistas. Carta n° 13, 1946. pp. 12/13, p. 13. **Acervo Willy Keller**, Institut für Zeitgeschichte, vol. 2/1, Munique: ED 208. Keller igualmente teria gostado participar no Congresso. Mas dado à falta de dinheiro e ao fato que não teria obtido o necessário salvo-conduto desistiu. Autorizou August Siemsen em votar em seu nome e apoiou Kniestedt por dentro do Brasil, remetendo declarações à imprensa brasileira e autoridades para evitar a suspeita de que Kniestedt estava fazendo algo ilegal. Além disso os “Alemães Antinazistas de Rio de Janeiro” mandaram saudações para os camaradas em Montevideo que foram publicados na revista do DAD. Ver Entrevista com Willy Keller, op. cit., p. 5. Reprodução em: ZIMBER, K. op. cit., p. 116.

³⁷ Ver ENDRIES, C. op. cit., pp. 172-182.

³⁸ KNIESTEDT, F. Die Demokratisierung Brasiliens. In: **Movimento dos Anti-Nazis Alemães do Brasil**, Informations=Brief Nr. 30, **Acervo René Gertz**, 1946. pp. 1-7, pp. 2-3, p. 5.

³⁹ Essa carta encíclica foi publicada em março de 1937 em língua alemã. Tratou da situação complicada da igreja católica na Alemanha nacional-socialista e criticou a política e ideologia do nacional-socialismo. A tradução espanhola da carta encíclica está disponível em http://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_14031937_mit-brennender-sorge.html. Acesso em 09/07/2015.

⁴⁰ Ver autor desconhecido. ‘Estamos na época da Igreja combatente’. Sensacionais declarações do líder católico austríaco João Grimesein [sic]. In: **Folha da Tarde**, Porto Alegre, 23/12/1942.

⁴¹ Carta de Karl Lustig-Prean para Johann Grimeisen, 28/06/1942. In: **Acervo Johann Grimeisen**, Institut für Zeitgeschichte, Universidade de Viena, Mapa 2 Correspondência.

⁴² Sobre Johann Grimeisen ver WEINZIERL, E. Johann Grimeisen (1885-1969). Ein österreichisches Emigrantenschicksal. In: BRIX, E. et. al. (orgs.). **Geschichte zwischen Freiheit und Ordnung**. Gerald Stourzh zum 60. Geburtstag. Graz/Viena/Colônia: Verlag Styria, 1991. pp. 75-100.

⁴³ Ver Entrevista com Willy Keller, op. cit., p. 4. Reprodução em: ZIMBER, K. op. cit., p. 115.

⁴⁴ Willy Keller apud ZIMBER, K. op. cit., p. 112.

⁴⁵ Ver Prontuário Wilhelm Keller, op. cit. Entrevista com Willy Keller, op. cit., p. 10. Reprodução em: ZIMBER, K. op. cit., p. 121.

⁴⁶ Ver autor desconhecido: Unsere Aufgabe. In: **Notgemeinschaft deutscher Antifaschisten**. Alemães Antifascistas. Carta n° 12, Edição especial, 1945. p. 13.

⁴⁷ Entrevista com Willy Keller, op. cit., p. 5. Reprodução em: ZIMBER, K. op. cit., p. 116.

⁴⁸ KELLER, W. In eigener Sache. op. cit., pp. 1-2. Tradução portuguesa em KESTLER, I. M. F. op. cit., p. 268.

⁴⁹ KELLER, W. Rückblick. Ausblick. In: **Notgemeinschaft deutscher Antifaschisten**. Alemães Antifascistas. Carta n° 12. op. cit., pp. 1-2, p. 2.

⁵⁰ Sobre Ulrich Becher e seu exílio no Brasil entre 1941 a 1944 ver entre outros, BOHUNOVSKY, R. O Brasil de Ulrich Becher no *Romanceiro Brasileiro*: a harmonia em questão. In: **Pandaemonium Germanicum**, n° 12, 2008. pp. 80-99. ECKL, M. O exílio no Brasil ou ‘A Europa no meio do mato’ – desencontros entre Stefan Zweig e Ulrich Becher. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n° 53, 2011, pp. 43-65. KESTLER, I. M. F. op. cit., pp. 76-80, pp. 209-221.

⁵¹ BECHER, U. **Spiele der Zeit 2**. Niemand, Makumba, Mademoiselle Löwenzorn. Berlim/Viena: Editora Aufbau, 1968. p. 324.

⁵² Ver KESTLER, I. M. F. op. cit., p. 79.

⁵³ Ver ROJER, O. E. **Exile in Argentina 1933-1945**. A Historical and Literary Introduction. Frankfurt am Main/Berlim/Nova York/Paris/Viena: Peter Lang Verlag, 1989. p. 143. SAINT SAUVEUR-HENN, A. **Un siècle d’émigration allemande vers l’Argentine 1853-1945**. Colonia/Weimar/Viena: Böhlau Verlag, 1995. p. 687.

⁵⁴ Em 1940 Lustig-Prean escreveu a Jacob, comentando sobre a realização arduamente conseguida de uma encenação da peça *Ingeborg* de Curt Goetz: “Você pode imaginar que perdi a vontade com a perspectiva de passar por essa corrida de obstáculos até a encenação mais uma vez.” Ver Karl Lustig-Prean apud POHLE, F. Estado Novo und deutschsprachiges Emigrationstheater. In: _____ (org.). **Emigrationstheater in Südamerika abseits der** „Freien Deutschen Bühne“, Buenos Aires. Hamburgo: Walter-A.-Berendsohn-Forschungsstelle für deutsche Exilliteratur, 1989. pp. 56-66, p. 59.

⁵⁵ Sobre Willy Keller ver ZIMBER, K. op. cit. KESTLER, I. M. F. op. cit., pp. 114-118; 158-161; 172-176.

⁵⁶ KELLER, W. Ein Irrtum und seine Berichtigung. In: **Das Andere Deutschland/La Otra Alemania**, ano VIII, n° 127, 1946. pp. 9-10, p. 10.

⁵⁷ Ver MÜHLEN, P. V. Z. **Fluchtziel Lateinamerika**, op. cit., pp. 202-203.

⁵⁸ KESTLER, I. M. F. op. cit., p. 176.

⁵⁹ Sobre Karl Lustig-Prean ver ECKL, M. **Das Paradies ist überall verloren**. Das Brasilienbild von Flüchtlingen des Nationalsozialismus. Frankfurt am Main/Madrid/Orlando: Vervuert Verlag, 2010. _____ **Das geistige Band zwischen der Alten und Neuen Welt** – Publizisten, Schriftsteller, Übersetzer und Theaterschaffende als Kulturvermittler. In: ASMUS, S.; ECKL, M. op. cit., pp. 10-33. KESTLER, I. M. F. op. cit., pp. 129-130; 165-172; 178-181.

⁶⁰ LUSTIG-PREAN, K. op. cit., p. 307.

⁶¹ Dessa maneira, em 1939, Lustig-Prean informou seu amigo e sogro de Ulrich Becher, o escritor Alexander Roda Roda, então exilado nos Estados Unidos, que reuniu “todos os austríacos de boa condição mental em toda a América Latina” para que eles pudessem formar uma comunidade, unida pela mentalidade comum, visto que não era permitido fundar uma organização. Ver carta de Karl Lustig-Prean para Alexander Roda Roda, 08/11/1939. In: **Acervo Alexander Roda-Roda**, Wienbibliothek im Rathaus, Viena, Coleção de Manuscritos, I.N. 215.547.

⁶² LUSTIG-PREAN, K. op. cit. pp. 301-302.

⁶³ Quando, em janeiro de 1943, o movimento lançou um novo manifesto, Lustig-Prean enviou-o também ao Presidente Vargas. Na carta dirigida ao secretário dele, Luiz Vergara, reafirmou “o grande amor e a grande admiração para o Brasil e o preclaro condutor da pátria adotiva” por parte “dos alemães antihitleristas”. Ver carta de Karl Lustig-Prean para o secretário de Getúlio Vargas, 30.01.1943. In: Processo Carlos de Lustig-Prean. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), Serviço de Comunicações, 015567.

⁶⁴ Karl Lustig-Prean apud ALVES, E. op. cit., p. 145.

⁶⁵ LUSTIG-PREAN, K. op. cit., pp. 301-302.

⁶⁶ Ver KESTLER, I. op. cit., p. 163. Sobre a atuação da Schwarze Front e Otto Strasser na América Latina confira MÜHLEN, P. V. Z. Der ‘Gegenführer’ im Exil. Die Otto Strasser-Bewegung in Lateinamerika. In: **Exilforschung**, vol. 3, 1985. pp. 143-157.

⁶⁷ Ver Relatório secreto da Secretária da Segurança Pública, 31/01/1944. In: **Processo Carlos de Lustig-Prean**, op. cit.

⁶⁸ Karl Lustig-Prean apud KESTLER, I. M. F. op. cit., p. 150. Da mesma maneira, o rabino Fritz Pinkuss da Congregação Israelita Paulista, da comunidade judaica fundada pelos refugiados dos nazismo em São Paulo, em 1936, lembrou “que foi uma situação difícil do ponto de vista jurídico para os países: a de formular e praticar definições e distinções adequadas e claras, naquela situação confusa.” Ver PINKUSS, F. Um ensaio acerca da imigração judaica no Brasil após o cataclismo de 1933 e da Segunda Guerra Mundial. In: **Revista de História**, vol. 15, nº 50, 1974. pp. 599-607, p. 605.

⁶⁹ Declaração do Movimento dos Alemães Livres. A grande mentira. Dez anos sob o domínio Hitlerista 30/1/1933 – 30/1/1943. In: **Processo Carlos de Lustig-Prean**, op. cit. [grife no original]

⁷⁰ Carta a amigos, São Paulo, 13 de julho de 1943, edição particular, p. 15.

⁷¹ idem.

⁷² Ver ENDRIES, C. op. cit., p. 126.

⁷³ Karl Lustig-Prean apud KUSCHEL, K.-J. et. al. op. cit., p. 220.

⁷⁴ Ver ENDRIES, C. op. cit., p. 190. **Relatório secreto da Secretária da Segurança Pública**, 31/01/1944, op. cit.

⁷⁵ O Movimento Alemania Libre foi representado por um pequeno grupo sob a liderança de Stefan Baron que, junto com Lustig-Prean, havia se manifestado a favor do grupo mexicano. Um interrogatório pelo DEOPS confessou ter simpatias pelo comunismo. Ver ALVES, E. op. cit., p. 148.

⁷⁶ Karl Lustig-Prean In: KESTLER, I. op. cit., p. 171.

⁷⁷ ALVES, E. B. op. cit., p. 145.

⁷⁸ Willy Keller apud ZIMBER, K. op. cit., p. 118.